

FUNAI – MISSÃO E SERVIÇOS
RELATÓRIO DAS ENTREVISTAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	/ /
Cod.	FUNAI/2003

As informações abaixo foram compiladas das entrevistas feitas pelo Grupo de Trabalho sobre a Reestruturação da Funai no período de dezembro de 2001 a fevereiro de 2002 com lideranças indígenas, funcionários e ex-funcionários da Fundação Nacional do Índio e representantes de outros órgãos do governo federal que estão envolvidos com questões indígenas. Não representam, portanto, neste momento, posição oficial da Comissão nem do Ministério da Justiça. Os serviços compilados são os que foram mencionados repetidas vezes pelos entrevistados, não sendo, desse modo, uma lista exaustiva.

I - MISSÃO INSTITUCIONAL

Opinião predominante

Ainda que a Funai atualmente ainda atue predominantemente de forma assistencialista, há necessidade de haver um redirecionamento da missão do órgão para que se estabeleça como o órgão indigenista federal que possibilite a autodeterminação e a auto-sustentabilidade das comunidades indígenas, tanto no âmbito econômico como no da preservação cultural e ambiental, com crescente participação dos índios na definição e implementação das ações. Um dos importantes papéis que a Funai deverá desempenhar é o de articulador da política indigenista, coordenando e orientando as demais áreas governamentais e não-governamentais envolvidas nas definição e implementação da política indigenista, e atuando para identificar e cooptar parceiros para o cumprimento de sua missão institucional. Deve ainda ser um órgão fortalecido, vinculado ao Ministério da Justiça, que facilite a aprendizagem do Estado brasileiro com relação aos índios, garantindo assim a pluriétnica do País.

Opiniões divergentes

Não identificadas.

Questões importantes

- Definição do relacionamento da Funai com as ONGs.
- Superação da dificuldade atual de articular apoio externo.
- Fortalecimento institucional é fundamental para ter força na articulação e adquirir respeitabilidade de credibilidade.

II – SERVIÇOS

De modo geral, os entrevistados são da opinião que as políticas gerais não podem dar conta dos serviços, em vista da diversidade dos povos indígenas tanto em tamanho da população quanto em grau de contato com comunidades não-índias, domínio da língua portuguesa, grau de desenvolvimento econômico etc. Os programas regionais devem portanto, adequar-se às necessidades específicas.

a) Demarcação de terras indígenas

Opinião predominante

É a questão mais importante no momento e a Funai tem feito um bom trabalho. O maior obstáculo tem sido a falta de recursos para pagamento de indenizações. Há necessidade de maior envolvimento com outros órgãos que cuidam das questões agrária e ambiental, ampliando a cooperação técnica, inclusive na área de formação de recursos humanos.

Opiniões divergentes

Não identificadas.

Questões importantes

- Necessidade de dar pleno poder de polícia à Funai para resolver conflitos fundiários.
- Falta de pagamento de indenizações e benfeitorias.
- Falta da homologação de terras demarcadas.
- Adequação das categorias do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais ao processo de demarcação das terras indígenas (exemplo: incluir "terras não demarcadas mas objeto de trabalho do grupo de identificação" como categoria).
- Fronteiras com outros países.

c) Fomento à produção e ao desenvolvimento econômico e utilização de recursos naturais

Opinião predominante

O papel da Funai deve predominantemente o estimular a auto-sustentabilidade econômica das comunidades indígenas, fornecendo assistência técnica para que desenvolvam projetos dentro de suas terras e identificando possíveis parcerias na sociedade para empreendimentos e apoio técnico, desse modo possibilitando o intercâmbio com a nossa economia de mercado, sem desestruturar as comunidades indígenas. A Funai deve ainda ser um órgão facilitador para o acesso das comunidades indígenas aos recursos necessários a tais empreendimentos.

Opiniões divergentes

A Funai dever possuir uma agência de fomento às comunidades indígenas em vez de ser mera facilitadora.

Questões importantes

- Necessidade de uma maior interação com as áreas de agricultura, minas e energia e meio ambiente.

- Necessidade de técnicos agrícolas, técnicos de contabilidade, engenheiros agrônomos, engenheiros florestais etc. que ajudem os índios a produzirem dentro de suas terras.
- Necessidade de viabilização legal e orçamentária do aval da Funai em financiamentos a comunidades indígenas.
- Regulamentação do acesso ao conhecimento indígena e aos recursos genéticos das terras indígenas.
- Regulamentação da compensação ambiental.
- Participação das comunidades indígenas nas varias instâncias de deliberações sobre projetos que lhes afetem (estradas, hidrelétricas etc.), inclusive elaboração de política.
- Desenvolvimento do ecoturismo em terras indígenas.
- Maior entrosamento entre Funai e Incra, inclusive no que se refere a crédito.

d) Preservação ambiental

Opinião predominante

Há necessidade de maior entrosamento com o Ibama, especialmente no planejamento das fiscalizações dentro das terras indígenas e áreas limítrofes e no treinamento de agentes ambientais voluntários indígenas.

Opiniões divergentes

Não identificadas.

Questões importantes

- Necessidade de dar pleno poder de polícia à Funai para fiscalização ambiental.
- Fronteiras com outros países.
- Promoção de esclarecimentos sobre meio ambiente junto às comunidades indígenas.

e) Saúde

Opinião predominante

A saúde indígena deve continuar a ser feita pela Funas, cuidando no nível federal da normatização e do financiamento dos serviços. A Funai deve, no entanto, supervisionar o trabalho da Funasa e das organizações governamentais e não-governamentais que prestam serviços de saúde aos índios, a fim

de garantir um modelo de atenção integral e diferenciada para as comunidades indígenas e o acesso universal às ações e serviços públicos de saúde.

Opiniões divergentes

- A saúde indígena deve ser feita exclusivamente pela Funasa, sem ingerência de qualquer espécie por parte da Funai.
- A saúde indígena deve voltar a seu estágio anterior, provida exclusivamente pela Funai, observada a necessidade de aumento de recursos financeiros e de pessoal.
- Independentemente de a saúde indígena ser responsabilidade da Funai ou da Funasa, deve ser provida pelo governo federal, sem a estadualização ou municipalização dos serviços.

Questões importantes

- Superação das divergências entre Funai e Funasa advindas da transferência das ações de saúde indígena.
- Necessidade de bons sanitaristas com capacidade técnica do ponto de vista indigenista.
- Atenção à diversidade dos povos indígenas.
- Respeito à “Lei Arouca” (Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999): incumbe ao Governo criar as condições para um atendimento próprio para as populações indígenas, com a criação de um subsistema de atenção diferenciada. A terceirização só seria válida se respeitasse esses princípios.

f) Educação

Opinião predominante

A coordenação e emissão de diretrizes sobre educação indígena fundamental devem continuar a ser feita pelo Ministério da Educação. A Funai deve, no entanto, supervisionar o trabalho do MEC, tanto no provimento de escolas e professores como no treinamento destes e elaboração de currículos, calendário escolar etc., a fim de garantir o caráter intercultural e bilíngüe da educação indígena.

Opiniões divergentes

- A educação fundamental indígena deve ser feita exclusivamente pelo Ministério da Educação, sem ingerência de qualquer espécie por parte da Funai.
- A educação indígena deve voltar a seu estágio anterior, provida exclusivamente pela Funai, observada a necessidade de aumento de recursos financeiros e de pessoal.
- Independentemente de a educação indígena ser responsabilidade da Funai ou do MEC, deve ser provida pelo governo federal, sem a estadualização ou municipalização dos serviços.

Questões importantes

- Redefinição da missão do Departamento de Educação na Funai.
- Definição dos professores da Funai, que não são servidores do sistema de ensino nem funcionários da Funai.
- Superação das divergências entre Funai e MEC advindas da transferência das ações de educação indígena.
- Educação teria de ser estadual para se distanciar dos conflitos políticos locais.
- Condução da educação indígena além do nível fundamental.
- Assegurar à população indígena a manutenção de sua cultura e tradições, inclusive eventuais adaptações no calendário escolar.
- Melhorar comunicação entre os diversos níveis das ações da educação indígena, inclusive o relacionamento com os índios.
- Sistema de avaliação específico para as populações indígenas.

g) Assistência social

Questões importantes

- Importância de ter um órgão como referência institucional para auxiliar os índios a estabelecerem as relações necessárias com as comunidades não índias, prestando auxílio com relação a documentação, serviços públicos, cidadania etc.

III – OUTROS ASSUNTOS

a) Estatuto do Índio

Opinião predominante

Apesar de ser urgente e necessária a aprovação de um estatuto dos povos indígenas, a atual versão do estatuto, em exame na Câmara dos Deputados, não é satisfatória. É necessária nova lei que estabeleça maior flexibilidade do que a atual versão, que não entre em demasiados detalhes e, quando for absolutamente necessário detalhar, que se tenha consciência de que a prática pode exigir mudanças significativas na lei.

Opiniões divergentes

- Agilização da tramitação do Estatuto das Sociedades Indígenas no Congresso com vistas a sua aprovação.

Questões importantes

- No Congresso ainda existe muita resistência aos direitos referentes à garantia da posse das terras indígenas; no âmbito do Poder Executivo a situação também é preocupante.
- Aprofundamento das discussões sobre os demais projetos de lei referentes à questão indígena em tramitação no Congresso, no sentido de agilizar a sua tramitação e aprovação.
- Maior clareza da situação da tutela indígena, uma vez que a Constituição dá aos índios *status* de parte legítima para defesa de seus direitos e interesses (com acompanhamento do Ministério Público).

b) Estrutura

Opinião predominante

Não identificada.

Opiniões diversas

- A Funai deve ser uma agência enxuta e articuladora, com uma equipe de “consultores internos” na sede, ou seja, uma pequena equipe técnica capaz de elaborar políticas e diretrizes, detectar os problemas e contribuir para a busca de soluções; uma espécie de assessoria para as diferentes unidades da administração central ou das regionais, e para articular parcerias ou contratar serviços junto a outras instituições.
- A Funai deveria ter Administrações apenas nas capitais. Há administrações demais e algumas superdimensionadas. Os Postos Indígenas deveriam ficar na cidade, perto dos índios mas não junto aos índios, a não ser em casos excepcionais.
- É importante não haver uma camada intermediária, como superintendências. Cada programa deve ter uma estrutura adequada ao local e não seguir uma padronização.
- A área fundiária é imprescindível e deve ser sediada em Brasília, com ramificações nos estados. Deveria haver um departamento para a área de fomento à produção com condições de ser realmente um possibilitador dentro da própria Funai e abrir caminho para outras fontes de financiamento; talvez uma agência financiadora dentro da própria Funai.
- É necessária a criação de instâncias colegiadas de caráter permanente, com a participação da direção e representantes dos servidores, para tratar da definição de políticas, da elaboração do planejamento, inclusive a definição da proposta orçamentária, e da discussão referente à avaliação de desempenho da instituição.

Questões importantes

- Participação dos índios na discussão do orçamento, metas e programas regionais da Funai.

- Participação dos índios nos órgãos majoritários e colegiados.
- Criação de mecanismos para que a Funai possa sempre adaptar-se às novas reivindicações, necessidades, demandas.
- Criação de mecanismos de articulação da Funai com outras instituições governamentais, visando a proteção, fiscalização e vigilância das terras indígenas e seu patrimônio, e alocação de recursos financeiros nessas instituições, com vistas a garantir a realização das missões conjuntas necessárias à proteção dos índios e de seu patrimônio.
- Nas unidades primárias e nas unidades regionais, atenção às especificidades culturais dos diversos grupos indígenas.

c) Carreiras

Opinião predominante

Há necessidade de dotar a Funai de quadro adequado, capacitado, com remuneração compatível. Para tanto, seria necessário criar uma carreira indigenista como carreira típica de Estado com cargos diversos que contemplem as diferentes formações técnicas para o exercício e o desempenho de atividades junto a grupos etnicamente diferenciados, com realização de concurso público o mais breve possível.

Opiniões divergentes

Não identificadas.

Questões importantes

- Esvaziamento do quadro por questões salariais e falta de oportunidades melhores dentro da Funai.
- Criação de estímulos e medidas especiais de apoio aos técnicos que atuam diretamente no interior das terras indígenas.
- Criação de mecanismos de apoio e assistência aos servidores que atuam em atividades que envolvem riscos à segurança pessoal e comprometem a saúde a curto e médio prazos.

d) Poder de polícia

Opinião predominante

Necessidade de regulamentação do poder de polícia da Funai, com criação de carreira específica de fiscalização e modificação das leis correlatas quando necessário.

Opiniões divergentes

Não identificadas.

Questões importantes

- Regulação do porte de arma para agentes de fiscalização.
- Articulação com as atividades da Polícia Federal.

e) Tratamento de índios isolados

Opinião predominante

O contato forçado com índios isolados deve ser evitado. A maior preocupação, nesses casos, deve ser a demarcação de terras para preservar o estilo de vida. O contato deve ser feito apenas em casos absolutamente necessários, como doenças, defesa de fronteiras etc.

Opiniões divergentes

Não identificadas.